

AUDIOVISUAL EM PERNAMBUCO: NOTAS SOBRE O PROGRAMA *CINE DE RUA*Osvaldo Luiz Emery,<sup>1</sup>Janaína Guedes Monteiro Evangelista<sup>2</sup> e Silvana Lumachi Meireles.<sup>3</sup>**Resumo:**

No desenho da política pública do audiovisual, a Secretaria de Cultura de Pernambuco amplia os investimentos para o setor, por meio do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura), contudo, observa-se uma concentração desses recursos na produção, em detrimento dos demais elos da cadeia audiovisual. Dessa forma, existe um dilema: o aumento de obras produzidas no estado, potencializado pelos investimentos do fundo de fomento, e as dificuldades de escoamento dessa produção em virtude da escassez de equipamentos culturais, de modo geral, e de salas de cinema, de modo particular, na maior parte dos municípios de Pernambuco. Um problema vivido pelos artistas do segmento com poucas opções de circulação de suas obras e um direito negado às populações daquelas localidades de acesso a essa e às demais produções contemporâneas. Estabelecer uma política pública de difusão audiovisual direcionada aos cinemas de rua é o foco do Programa *Cine de Rua*, desenvolvido pela Secult em parceria com instituições municipais, estaduais, federais, internacionais e com os Conselhos Estaduais de Políticas Culturais e do Audiovisual, além de movimentos da sociedade civil.

**Palavras-chave:** Cinema de Rua, Políticas Públicas Culturais, Exibição Cinematográfica. Circulação de Produção Audiovisual.

**Introdução:**

No interior de Pernambuco, as salas de exibição em funcionamento sistemático resumem-se a um pequeno número localizado nos shoppings existentes. Os cinemas públicos de rua, em geral, estão com suas portas fechadas, quando não foram sumariamente demolidos para dar lugar a outros empreendimentos comerciais mais lucrativos. Os que ainda sobrevivem, em sua maioria, encontram-se defasados em relação às tecnologias de exibição cinematográfica contemporânea e, portanto, sem condições de exibir os filmes de forma adequada e, conseqüentemente, de atrair público e gerar receita. Ainda assim é possível constatar que esses equipamentos permanecem vivos na memória das pessoas, que lamentam a perda desses espaços outrora importantes para a vida cultural e social das comunidades.

Cinemas de rua são “salas de espetáculos cinematográficos cuja localização privilegia as calçadas urbanas, tendo suas fachadas e entradas ocupando diretamente esses passeios públicos citadinos” (OLIVEIRA; BESSA, 2014, p. 22). Oliveira e Bessa (2014, p. 3) afirmam ainda que “os cinemas de rua podem ser assim encarados como formas espaciais de apropriação da própria cultura cidadina, onde tais estruturas materiais podem assumir, no decorrer de sua trajetória de existência, as feições de sujeitos não-humanos ou objetos-humanizados; gerando implicações significativas sobre a memória e a vida de comunidades e indivíduos.”

---

<sup>1</sup> Arquiteto e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Especialista em Acessibilidade Cultural pela UFRJ. “Special Student” no Student no “Massachusetts Institute of Technology”, Cambridge, estágio no “National Film Board of Canada”, Montreal, e na “Commission supérieure technique de l’image et du son”, Paris. Servidor do Ministério da Cultura.

<sup>2</sup> Possui graduação em Ciências Sociais (URCA), aperfeiçoamento em Gestão Cultural (UFBA). Atualmente é aluna da especialização em Gestão e Políticas Culturais (Universidade de Girona), assessora de planejamento e coordenadora-executiva do Programa Cine de Rua (Secult-Pe).

<sup>3</sup> Especialista em políticas culturais (UFPE), gestora cultural da Fundação Joaquim Nabuco, onde implantou e dirigiu o Instituto de Cultura. Foi Secretária Nacional de Articulação Institucional do MinC. Desde 2015 é Secretária Executiva de Cultura de Pernambuco.

“Extensão em Debate” - ISSN Eletrônico 2236-5842 – Maceió – AL – Revista da Pró-Reitoria de Extensão, da Universidade Federal de Alagoas/UFAL. Edição Especial nº. 09. Vol.11, ano 2022.

Oswaldo Luiz Emery, Janaína Guedes Monteiro Evangelista e Silvana Lumachi Meireles.

Apenas quando uma parte considerável desses cinemas havia desaparecido, iniciou-se um movimento mais organizado da sociedade visando preservar, pelo menos, as edificações sobreviventes – muitas das quais com inquestionável importância artística, histórica e afetiva – à espera de tempos melhores que permitisse devolvê-las vida como os equipamentos culturais e sociais vibrantes que haviam sido uma época. Em Pernambuco surgiu um movimento pela volta dos cinemas de rua por iniciativa de cineastas, críticos, acadêmicos e cinéfilos, que contou com a organização de festivais com essa temática, debates sobre as salas existentes no Estado e ocupações em cinemas fechados. Surgiram também grupos como o Movimento #CineRuaPE, fundado em novembro de 2015, “no ensejo de reunir esforços, promover atividades, estratégias de restauração e preservação, e a consciência de que cinemas de rua são espaços de cultura e memória tão importantes quanto teatros, museus e bibliotecas”.

Poucas são as salas e poucos os que frequentam os cinemas. De acordo com os dados da publicação do Ministério da Cultura, o “Cultura em Números - Anuário de Estatísticas Culturais”, em 2009 existiam 2098 salas de cinema no país, das quais 722 localizadas no Estado de São Paulo e 273 em todo o nordeste. Nos demais estados, a maioria das salas está concentrada na capital (62%), o que representa 0,41 salas para cada 100 mil habitantes. Pernambuco tem uma população de 8.796.032 habitantes distribuídos em 185 municípios, onde apenas 8,11% possuem salas de cinema. Dos 60 cinemas no estado, mais de 60% estão concentrados na capital e, na maioria dos municípios, o único equipamento cultural existente é a biblioteca pública.

Diante desse cenário, a Secult-PE iniciou um conjunto de ações no sentido de ampliar os circuitos de exibição de filmes e de qualificar seus equipamentos culturais. Assim, em novembro de 2015, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural de Pernambuco (Fundarpe), órgão da Secult-PE, inaugurou a digitalização do Cinema São Luiz, equipamento público estadual localizado em Recife. Paralelamente, outras discussões foram lançadas sobre os desafios e as perspectivas para os Cinemas de Rua do Estado. Além disso, após a entrega de uma carta escrita pelo Movimento #CineRuaPE, com proposta de criação de um circuito independente de salas de rua, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) misto – poder público e sociedade civil – por proposição da Secult. O GT ensejou a criação do Programa *Cine de Rua* como uma estratégia da Secult-PE para o enfrentamento dos desafios levantados pelo diagnóstico da escassez de salas de exibição cinematográfica.

### **O Programa *Cine de Rua***

O Programa está ancorado em quatro pilares: criação e dinamização de uma rede, formação, programação e requalificação técnica das salas.

#### **1. A rede**

Dentre os desafios da política audiovisual da Secult-PE encontra-se o de universalizar a difusão da produção audiovisual. Sendo o Brasil um país federativo, é fundamental articular a implementação do *Cine de Rua* com as esferas federal, estadual e municipal simultaneamente com a criação de uma rede de salas independentes. Utilizamos, portanto, o conceito de rede (MITCHELL, 1969), que aponta para a existência de articulação envolvendo a troca de bens e serviços, além de informações entre o grupo. Este desenho possibilita atingir um maior número de cidades, além do fortalecimento do *Cine de Rua* por meio de intercâmbio de conteúdos, programações e informações técnicas. A rede poderá, ainda, promover a exibição e a circulação de produções locais, fomentando o surgimento de novos criadores e talentos.

Associado à rede há um conjunto crescente de instituições estaduais, federais e internacionais que vêm-se agregando ao Programa. Atualmente, 12 (doze) cinemas de rua de 8 (oito) cidades do estado integram a rede, entre essas salas destacam-se três bem equipadas e reconhecidas nacionalmente por suas programações e projeções (o Cine São Luiz, do Governo do Estado de Pernambuco, o Cinema do Museu e o Cinema da

Oswaldo Luiz Emery, Janaína Guedes Monteiro Evangelista e Silvana Lumachi Meireles.

Fundação, ambos da Fundação Joaquim Nabuco-Fundaj, do Ministério da Educação), que assumem o papel de *coaching* das demais, num modelo de gestão compartilhado com as prefeituras locais, o Ministério da Cultura (MinC), um comitê curatorial para programação e um grupo de trabalho constituído por representantes das instituições envolvidas, do Movimento #CineRuaPE e do Conselho Estadual de Política Cultural e do Conselho Consultivo do Audiovisual.

## 2. Formação

A retomada do pleno funcionamento das salas de cinema, a reconquista do público e o manuseio das novas mídias digitais exigem profissionais qualificados atuando na gestão, na curadoria da grade de programação e na projeção. Num cenário de escassez de equipamentos culturais e de escolas especializadas (apenas 4,86% dos municípios do estado possuem escolas, oficinas ou cursos voltados ao audiovisual), cabe ao Programa *Cine de Rua* a responsabilidade pela sua formação. Serão priorizados investimentos em cursos, seminários, estágios, consultorias e atividades afins.

A recuperação do público das salas de cinema de rua, num tempo de presença diária da TV nos lares e da proliferação de shoppings, requer estratégias de atração de crianças e jovens. Nesse contexto, a integração da sala de cinema com a escola é fundamental, podendo a experiência audiovisual se tornar um aliado importante da educação. A articulação com os cineclubes é outra estratégia, baseada na crença apontada por Macedo (2006) de que cineclubes:

“produzem fatos novos, interferem em suas comunidades, contribuem para mudar consciências e formar opiniões, mobilizam. Não raro, são as sementes que chegam à floração de cineastas e outros artistas; crescem como instituições, transformando-se em museus, cinematecas, centros de produção; criam o caldo de cultura para mudanças culturais, comportamentais, para a geração de movimentos sociais. Os cineclubes produzem e modificam a cultura.” (Macedo, 2006)

## 3. Programação

O conteúdo das exibições é um dos itens mais importantes para as salas de cinema e mesmo operando em rede não é possível montar uma grade única de programação para ser replicada nos equipamentos. Sendo assim, elaborar uma programação é um desafio: exige além do conhecimento de obras audiovisuais, o equilíbrio entre lançamentos, clássicos, obras experimentais, comerciais, mostras independentes e novidades. Considerando que cada sala participante é, via de regra, a única possibilidade de acesso ao audiovisual em sua região, quando não o único equipamento cultural de sua área, o conteúdo a ser exibido deve ser diverso de modo a contemplar a multiplicidade de públicos locais.

Esse comitê, então, discute cada sala de cinema a partir de sua realidade, seu perfil, o comportamento do público e ainda, dos hábitos da cidade. A proposta é montar uma programação de caráter formativo, sem negligenciar conteúdos mais populares com potencial para atrair público. Os filmes selecionados podem ser de origem diversa e, para tanto, foram estabelecidos contatos com diferentes instituições.

## 4. Requalificação técnica

O projeto *Cine de Rua* é favorecido pela tecnologia digital que elimina antigos entraves técnicos e logísticos inerentes aos cinemas da era analógica. Na projeção digital, os conteúdos a serem exibidos podem chegar às

Oswaldo Luiz Emery, Janaína Guedes Monteiro Evangelista e Silvana Lumachi Meireles.

salas em um HD externo, um disco BluRay ou serem baixados localmente, via internet. A facilidade na distribuição dos conteúdos permite a exibição de um mesmo filme, simultaneamente, nas salas das grandes cidades e nas salas das cidades do interior. Essa oportunidade se traduz em ganhos de divulgação para as exibições e salas e também enseja um sentimento de pertencimento para o público dessas localidades em relação ao produto cultural que lhes é oferecido, de forma inédita.

### Resultados parciais:

O Programa Cine de Rua surgiu no contexto descrito como reflexo de uma tendência mundial de revitalização de salas de cinema em espaços públicos. Iniciado em abril de 2016, o *Cine de Rua* já reabriu, em junho de 2017, duas salas nas cidades de Arcoverde e Triunfo, inserindo-as no circuito de festivais como o Festival Varilux de Cinema Francês, com o envolvimento decisivo do poder público local. Embora ainda em fase experimental, essas iniciativas vêm-se revelando exitosas, como atesta a calorosa acolhida das populações locais e o surgimento de demandas de ocupação dos espaços por outros segmentos artísticos.

### Conclusões:

Tais acontecimentos reforçam a necessidade de uma Política Pública de Estado que promova 1) a revitalização dos cinemas de rua como equipamentos de valorização da memória, da promoção cultural e do convívio social; 2) a diversidade intrínseca a esses equipamentos, expressa na sua arquitetura, e sua importância na valorização do espaço urbano; 3) o acesso à diversidade cultural como um direito de todos; 4) o audiovisual como uma ferramenta de ampliação do repertório das pessoas; 5) a valorização do audiovisual na construção da memória de uma comunidade e na conscientização da preservação de seu patrimônio.

### Referências bibliográficas

MACEDO, Felipe. O que é cineclube. 2006. Disponível em: [http://cineclube.utopia.com.br/clube/o\\_que\\_e.html](http://cineclube.utopia.com.br/clube/o_que_e.html). Acesso em 30/06/2017

MINISTÉRIO DA CULTURA, Cultura em Números-Anuário de Estatísticas Culturais, 2009. Disponível em [http://www.ufjf.br/ladem/files/2009/10/cultura\\_em\\_numeros\\_2009.pdf](http://www.ufjf.br/ladem/files/2009/10/cultura_em_numeros_2009.pdf). Acesso em 20/03/2017.

MITCHEL, J.C. The Concept and Use of Social Networks. In: Social Networks in Urban Situations: analyses of personal relationships in central African towns. Manchester: Manchester University Press, 1969.

OLIVEIRA, W. F.; BESSA, M. Nas ruas dos cinemas, cinemas nas ruas, cinemas de rua: a cidade como uma questão cinematográfica. Ponto.Urbe (USP), São Paulo, v.15, p.1 - 21, 2014.